



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

25/09/2015 ATÉ 25/09/2015



INDÍCE

1	COMARCAS	
	1.1 BLOG DO NETO FERREIRA	1
	1.2 BLOG HILTON FRANCO.....	2
	1.3 IMIRANTE.COM.....	3 4
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG CORREIO CODOENSE.....	5
	2.2 BLOG CÉLIA FONTENELE.....	6
	2.3 BLOG DO ALBERTO BARROS.....	7
	2.4 BLOG LUÍS CARDOSO.....	8
	2.5 SITE CORREIO FORENSE.....	9
	2.6 SITE JORNAL PEQUENO.....	10
3	EXECUÇÕES PENAIS	
	3.1 O IMPARCIAL ONLINE.....	11
4	POSSE	
	4.1 CHAPADINHA SITE.....	12
5	PRECATÓRIOS	
	5.1 BLOG GILBERTO LEDA.....	13
	5.2 BLOG HILTON FRANCO.....	14
	5.3 BLOG REPÓRTER TEMPO.....	15
	5.4 EXAME ONLINE.....	16
	5.5 INTERNET - NACIONAL.....	17
	5.6 INTERNET - OUTROS.....	18 19 20 21 22 23 24 25
	5.7 JP OLINE - JOVEM PAN.....	26
	5.8 SEM ASSUNTO.....	27
	5.9 SITE 180 GRAUS.....	28
	5.10 SITE CONSULTOR JURÍDICO (CONJUR).....	29
	5.11 SITE CORREIO BRAZILIENSE.....	30
	5.12 SITE DCI.....	31
	5.13 SITE ENE 10.....	32
	5.14 SITE EXTRA.....	33
	5.15 SITE JORNAL A CIDADE.....	34
	5.16 SITE O ESTADÃO.....	35 36
	5.17 SITE PORTAL DO HOLANDA.....	37
	5.18 SITE UOL.....	38
	5.19 UOL - A TARDE.....	39
	5.20 YAHOO NOTÍCIAS.....	40
6	SINDJUS	
	6.1 SINDJUS.....	41
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 IMIRANTE.COM.....	42

Tribunal de Justiça do MA confirma condenação da ex-prefeita de Timbiras

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância que condenou a ex-prefeita de Timbiras, Dirce Maria Coelho Xavier Araújo, à pena de seis anos e oito meses de detenção a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto.

O processo teve como relator o desembargador Marcelino Everton, cujo voto foi acompanhado pelos demais membros do colegiado.

A ex-gestora foi condenada por realizar, sem processo licitatório, 76 procedimentos de compras no exercício de 2007, sem observar as hipóteses previstas em lei, como a tomada de menor preço, conforme prevê o artigo 89 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Informações encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) indicam que os recursos para aquisição de bens pelo Executivo Municipal foram retirados do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

A ausência de documentos indispensáveis ao balanço patrimonial - nomes dos responsáveis pela gestão do Fundo, falta do próprio patrimonial do Fundo Nacional de Saúde, entre outros - também foi questionada pelo TCE, que apontou ainda a falta de prestação de conta anual à Câmara de Vereadores pela ex-prefeita.

Em recurso interposto junto ao TJMA, a ex-prefeita pediu a sua absolvição, alegando inexistência do dolo específico ao erário e, alternadamente, a redução da pena por considerar a fundamentação da sentença carente de argumentos.

Para o desembargador Marcelino Everton, a simples dispensa indevida dos procedimentos licitatórios para aquisição de bens ou serviços, já expressa claramente a intenção do gestor público em causar prejuízo ao erário, inviabilizando a apresentação de propostas melhores e ocasionando a prática de preços mais elevados pela falta de concorrência.

Quanto a pena aplicada pela Justiça de 1º grau, o magistrado frisou que o juiz de base obedeceu às circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, e a aplicação da causa de aumento da pena relativa ao crime continuado. (Processo: 224122013)

Justiça determina que postos de combustíveis informem preços ao Procon

Os postos são obrigados de encaminharem, semanalmente, o valor previsto dos preços a serem praticados na semana seguinte, sob pena de multa de R\$ 1 mil

Os desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) mantiveram decisão da Vara de Interesses Difusos de São Luís que determinou aos postos de gasolina da capital a obrigação de encaminharem ao Procon-MA, semanalmente, o valor previsto dos preços a serem praticados em relação aos combustíveis comercializados para a semana seguinte, sob pena de multa de R\$ 1 mil.

De acordo com a decisão, os postos também estão proibidos de trocar qualquer tipo de comunicação sobre preços de venda com concorrentes, visando à uniformização, majoração ou manutenção de preços de revenda de combustíveis, sob pena de multa de R\$ 100 mil por estabelecimento.

A decisão se deu em ação civil pública proposta pelo Ministério Público Estadual (MPMA) e Defensoria Pública Estadual, afirmando que a maioria dos postos da capital teriam adotado preços acima do indicado pelo Decreto nº 8.395/2015.

O juiz da Vara de Interesses Difusos determinou, liminarmente, a adequação dos preços e proibiu novos aumentos em desacordo com o estipulado pelo decreto. Essa decisão foi revogada pelo próprio juízo, após a publicação do Ato nº 06 do COTEPE/PMPF, que majorou o preço médio ponderado dos combustíveis ao consumidor final, impondo, no entanto, as novas determinações aos postos.

Os estabelecimentos recorreram pedindo a suspensão dos efeitos da determinação, alegando que a decisão é abusiva, uma vez que o Procon não possui competência para regular preços, tarefa que entendem caber ao mercado consumidor por meio da livre concorrência e iniciativa. Criticaram a fixação de multa por atividades que denotem formação de cartel, o que exigiria processo judicial com garantia do contraditório e ampla defesa. Para o relator do recurso, desembargador José de Ribamar Castro, os argumentos dos estabelecimentos não são razoáveis, já que as ordens da decisão foram devidamente fundamentadas, inclusive com a ponderação dos interesses constitucionais em conflito - livre concorrência e proteção do consumidor -, objetivando claramente coibir a prática abusiva de formação de cartel e aumento arbitrário de lucro.

Ele ressaltou normas legais que autorizam o julgador a tomar as medidas necessárias a garantir o efeito prático final da decisão judicial. "Neste momento processual, entendo que dano maior poderá haver se forem sustados os efeitos da decisão, que visa tão somente evitar prejuízos que afetam toda a coletividade ludovicense", justificou. (Ações:: 30314/2015 e 30024/2015).

Ex-prefeita de Timbiras é condenada a seis anos e oito meses em regime semiaberto

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve sentença de primeira instância que condenou a ex-prefeita de Timbiras, Dirce Maria Coelho Xavier Araújo, à pena de seis anos e oito meses de detenção a ser cumprida inicialmente em regime semiaberto. O processo teve como relator o desembargador Marcelino Everton, cujo voto foi acompanhado pelos demais membros do colegiado.

A ex-gestora foi condenada por realizar, sem processo licitatório, 76 procedimentos de compras no exercício de 2007, sem observar as hipóteses previstas em lei, como a tomada de menor preço, conforme prevê o artigo 89 da Lei de Licitações nº 8.666/93.

Informações encaminhadas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) indicam que os recursos para aquisição de bens pelo Executivo Municipal foram retirados do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

A ausência de documentos indispensáveis ao balanço patrimonial - nomes dos responsáveis pela gestão do Fundo, falta do próprio patrimonial do Fundo Nacional de Saúde, entre outros - também foi questionada pelo TCE, que apontou ainda a falta de prestação de conta anual à Câmara de Vereadores pela ex-prefeita.

Em recurso interposto junto ao TJMA, a ex-prefeita pediu a sua absolvição, alegando inexistência do dolo específico ao erário e, alternadamente, a redução da pena por considerar a fundamentação da sentença carente de argumentos.

Para o desembargador Marcelino Everton, a simples dispensa indevida dos procedimentos licitatórios para aquisição de bens ou serviços, já expressa claramente a intenção do gestor público em causar prejuízo ao erário, inviabilizando a apresentação de propostas melhores e ocasionando a prática de preços mais elevados pela falta de concorrência.

Quanto a pena aplicada pela Justiça de 1º grau, o magistrado frisou que o juiz de base obedeceu às circunstâncias judiciais do artigo 59 do Código Penal, e a aplicação da causa de aumento da pena relativa ao crime continuado. (Processo: 224122013)

Paraibano: Justiça determina interdição de carceragem

Em decisão datada do último dia 14, o titular da Comarca de Paraibano, juiz Carlos Eduardo de Arruda Mont'Alverne, determinou a "interdição total da cela de custódia de presos do prédio da Delegacia do município de Paraibano". Na decisão, o juiz determina ainda ao Estado a transferência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias - a contar da notificação - dos presos recolhidos nas celas da referida delegacia para outros estabelecimentos prisionais da região e que apresentem condições adequadas de higiene e segurança. Flagrados ou presos cautelarmente após a decisão deverão ser encaminhados para novo local para a custódia dos referidos presos a ser designado pela Secretaria de Estado de Justiça e de Administração Penitenciária (SEJAP) e Secretaria de Estado de Segurança Pública, consta do documento. Conforme a decisão, o Estado tem o prazo de 30 (trinta) dias para designar um delegado de Polícia para a unidade prisional.

A multa diária para o atraso ou descumprimento de qualquer uma das determinações é de R\$ 5 mil reais. O Estado do Maranhão ainda não foi notificado da decisão, devendo a mesma (notificação) se dar através de Carta Precatória.

Modelo de violação - A decisão atende Ação Civil Pública com Pedido de Liminar interposta pelo Ministério Público Estadual tendo como réu o Estado do Maranhão. Na ação, o autor alega que a Delegacia de Paraibano não possui as condições mínimas de funcionamento, bem como "condições mínimas de segurança aos presos, funcionários e população em geral".

Definindo a carceragem da Delegacia como "modelo de violação aos direitos humanos" o autor da ação relata, entre outras coisas, que "quando há presos, em regra, são alimentados por seus familiares. Quando não há familiar que se responsabilize, a Prefeitura arca com a alimentação, pois tal serviço não é prestado pela Secretaria de Segurança Pública ou pela Secretaria de Administração Penitenciária. Não há pátio para banho de sol e não existem celas especiais para mulheres ou salas para apreensão de adolescentes".

Dignidade da pessoa humana - Em suas considerações, o juiz ressalta que "o princípio da dignidade humana é o núcleo central dos direitos fundamentais, não podendo ser violado ou sequer atenuado, sob pena de se permitir a desconsideração da própria condição humana". Para o magistrado, "o direito fundamental à vida, mais especificamente à vida decente, deve prevalecer inclusive aos presos que estão totalmente sob a tutela estatal".

Mont'Alverne destaca ainda a perda de celeridade na tramitação dos processos, bem como o prejuízo sofrido nos trabalhos de investigação policial e a conclusão de inquéritos policiais verificadas após a remoção do delegado da unidade prisional de Paraibano.

Os frágeis argumentos de Osmar Gomes para a prisão de João Abreu

O decreto de prisão do ex-secretário João Abreu, assinado pelo juiz Osmar Gomes, da 1ª Vara do Tribunal do Júri, acolheu praticamente na íntegra os argumentos do governo Flávio Dino (PCdoB).

E, talvez por isso, possui sustentação frágil para a determinação do cerceamento da liberdade do ex-auxiliar governamental.

O Blog do Gilberto Léda teve acesso à íntegra da decisão. Nela, há pelo menos dois pontos que são definidores para a decretação da prisão de João Abreu, e que reforçam a tese de viés político.

Na página 15 do documento, Osmar Gomes relata: "A jurisprudência emanada da Suprema Corte é pacífica no sentido da necessidade de se prevenir a reprodução de novos crimes, tal argumentação plenamente, desde que pautada em elementos concretos emergentes dos autos".

A questão é: como poderia João Abreu "reproduzir novos crimes" como os investigados no caso, se não está mais secretário de Estado?

Outro fundamento da decisão é a possibilidade de "manipulação de provas" pelos investigados, o que levaria a obstrução dos trabalhos de investigação.

Diz o magistrado, na página 17, que "faz-se necessária a custódia cautelar dos representados levando em conta a natureza da infração perseguida [...], cujas provas são de fácil manipulação, de forma que soltos a instrução criminal e a busca da verdade real ficam comprometidos".

Ocorre que não se tem conhecimento de qualquer ato de João Abreu no sentido de obstruir a instrução. O empresário não apresentou qualquer resistência a comparecer à presença dos delegados para prestar depoimentos.

E até o ato da sua prisão foi mostra de boa vontade em colaborar: Abreu estava em São Paulo - embora Jefferson Portela e seus auxiliares jurassem que ele estava escondido em seu prédio (reveja) - e, se fosse do seu intento dificultar a ação, poderia tentar se esconder.

Mas foram seus próprios advogados que informaram à polícia o horário em que ele desembarcaria em São Luís, para se entregar, o que corrobora a tese de que não houve obstrução.

Todos esse pontos frágeis da decisão de 1º grau devem ser atacados num pedido de habeas corpus a ser impetrado ainda hoje no Tribunal de Justiça.

Veja o relatório do Ministério Público sobre a situação da segurança pública em Paraibano (MA)

24 de setembro de 2015 POLÍTICA No comments

Delegacia não tem delegado e nem agente penitenciário ou carcereiro de carreira. O município conta com 06 policiais militares para atender 20.892 habitantes.

O blog do Hilton Franco publica na íntegra o relatório do Ministério Público do Maranhão sobre o sistema de segurança pública no município de Paraibano.

A situação caótica da segurança pública no município fez com que o Ministério Público ajuizasse uma Ação Civil Pública contra o governo Flávio Dino (PC do B).

A Ação Civil foi julgada parcialmente procedente pelo juiz Carlos Eduardo de Arruda Mont'Alverne que determinou a interdição da carceragem, transferência dos presos e nomeação ou qualquer outra forma legal e constitucional de investidura de um delegado para o município.

A conclusão que se tira do relatório é o que todos já sabem. A segurança pública no Maranhão está falida há décadas.

Veja o que diz o relatório.

A Delegacia de Polícia de Paraibano não possui condições mínimas de funcionamento, apresentando severos problemas, conforme visitas realizadas pelo Ministério Público em Maio/2015 e Setembro/2015. Não há condições mínimas de segurança aos presos, funcionários e população em geral. Constata-se uma quantidade insuficiente de funcionários, dadas às peculiaridades do Município.

O Órgão Policial se encontra instalado em um imóvel residencial alugado e mal-adaptado. O aluguel é pago pela Prefeitura Municipal de Paraibano/MA, bem como a conta de energia elétrica, sem que haja a notícia de qualquer convênio entre o Governo do Estado do Maranhão e a Prefeitura Municipal de Paraibano/MA, o que torna precária a situação.

A carceragem vem sendo modelo de violação aos direitos humanos, tendo em vista que não atendem às mínimas condições estabelecidas na Lei de Execuções Penais, no que concerne ao tratamento dispensado aos presos provisórios.

Em Maio/2015, o Ministério Público constatou a ocorrência de superlotação, com a presença de 5 presos em um exíguo espaço, inclusive com 3 sendo presos condenados. A superlotação foi resolvida ao longo dos meses, não se verificando atualmente.

A falta de segurança a funcionários e à população continua a se verificar, fato bem caracterizado pela fuga do preso provisório ILDO FRANCISCO DE VIVEIROS, no dia 30.08.2015, quando quebrou as grades da

carceragem e escapou pelo telhado do estabelecimento policial. No estado atual, não há condições para a manutenção de presos naquele estabelecimento, ante a série de problemas: a grade da cela é frágil; as paredes não são reforçadas; não há laje de concreto, sendo fácil o acesso ao telhado.

Quando há presos, em regra, são alimentados por seus familiares. Quando não há familiar que se responsabilize, a Prefeitura Municipal arca com a alimentação, pois tal serviço não é prestado pela Secretaria de Segurança Pública ou pela Secretaria de Administração Penitenciária”.

Sustenta ainda que não há pátio para banho sol e que não existem celas especiais para mulheres ou salas para apreensão de adolescentes.

Pontua ainda na questão estrutural: 1) falta sala de interrogatório adequada; não há pátio para veículos; 2) o depósito de produtos/materiais apreendido está em péssimo estado e se encontra próximo a carceragem; 3) não há sistema de monitoramento para a cela; 4) internet de péssima qualidade.

Pondera que em Maio/2015 a delegacia contava: 1 (um) Delegado de Polícia; 2 (dois) Investigadores; 1 (um) Escrivão; 2 (dois) funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal. Assevera que atualmente existe 1 (uma) escrivã ad hoc, remunerada pelo Estado do Maranhão.

Aduz que a equipe descrita acima sofreu um forte abalo com a saída do Delegado de Polícia titular, estando a delegacia sob a responsabilidade do Delegado Regional de São João dos Patos/MA, distante cerca de 45km, da cidade de Paraibano, e que não cumpre expediente diário nesta Comarca. Argumenta que quando existem presos, há outro grave prejuízo para a atividade das Polícias Civil e Militar, tendo em vista que seus integrantes estão sendo desviados de suas funções constitucionais, para exercer atos de custódia e vigilância de presos, sem que tenham sido contratados ou preparados para tanto. Além disso, têm que prestar assistência aos presos, providenciar alimentação, locomoção ao banho de sol e ao fórum, para participação em audiências, deixando de exercer as funções de policiamento judiciário e ostensivo a qual foram destinados.

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões do ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney João Abreu. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos mas não foi localizado. “Ele está oficialmente na condição de foragido”, disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram na sede da Força-Tarefa da Lava Jato, em Curitiba, mas a defesa recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado do doleiro Alberto Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Yousseff e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Yousseff nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Yousseff era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

“Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo”, diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida. O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Lei que aumentou salários no município de Santa Luzia é inconstitucional

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) considerou inconstitucional a Lei nº 436/2014 de Santa Luzia, que estabeleceu piso salarial no valor de R\$ 2.890,00 para os profissionais nas áreas de mecânico de máquinas pesadas e de máquinas leves do quadro de servidores estatutários daquele município.

Para colegiado - que seguiu voto da desembargadora Anildes Cruz, relatora do processo - a iniciativa do Legislativo Municipal em aprovar o novo piso salarial caracterizou clara usurpação da competência reservada e exclusiva do prefeito do município, Veronildo Tavares dos Santos, cujo veto foi derrubado pelos vereadores.

Ao questionar a constitucionalidade da Lei que estabeleceu o piso salarial, o Executivo Municipal de Santa Luzia sustentou que a Câmara de Vereadores não considerou o aumento de despesas trazido pela medida, sem a devida indicação de dotação orçamentária específica.

Apontou que a medida fere diretamente a Constituição Estadual, uma vez que a norma municipal vincula, de forma permanente, o piso salarial a índices de correção nacional, elementos suficientes para vetar a lei que definiu o piso salarial.

Em seu voto, a desembargadora Anildes Cruz (relatora) citou a Constituição Federal que prevê como competência privativa do Executivo a deflagração de lei sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos e aumento de remuneração ou despesa na administração direta e autárquica.

A magistrada afirmou ser imprescindível destacar que as normas constitucionais disciplinadoras de lei privativa do presidente da República são de reprodução obrigatória nos âmbitos estadual, municipal e distrital, observando-se a separação dos poderes. (Processo nº 0322582014

Prisão de João Abreu encerra etapa de um caso de propina marcado por muitas controvérsias.

O juiz Osmar Gomes, titular da 1ª Vara do Tribunal do Júri, decretou ontem a prisão do empresário João Abreu, que foi chefe da Casa Civil no último governo comandado por Roseana Sarney (PMDB). A decisão foi tomada com base nas conclusões do inquérito que apurou a denúncia de que membros daquele governo teriam recebido propina de R\$ 3 milhões para facilitar o pagamento de precatório à empreiteira Constran, num processo que vem desde os anos 80 do século passado. Até por volta das 23h, a ordem de prisão não havia sido cumprida, já que, segundo advogados e familiares, João Abreu encontra-se a negócios no interior de São Paulo, estando seu retorno a São Luís previsto para esta sexta-feira.

O decreto de prisão alcança também o doleiro Alberto Youssef, o operador-chefe do esquema de corrupção na Petrobras, segundo a Operação Lava Jato, o braço direito dele, Rafael Ângulo; Alarico Negromonte e Marco Antonio Zierget, os três primeiros envolvidos no escândalo da Petrobras e, segundo a Polícia Civil, no suposto esquema que levou ao acordo para o pagamento do precatório de R\$ 123 milhões à Constran, em 24 prestações. Ao mesmo tempo, a ordem de prisão reforça o argumento do ex-secretário e seus porta-vozes de que o inquérito é “armado” e está sendo usado politicamente pelo governador Flávio Dino (PCdoB) “para perseguir” adversários e colocar a ex-governadora Roseana Sarney numa situação desconfortável e na defensiva.

A decisão do juiz Osmar Gomes de mandar prender João Abreu e a turma comandada por Alberto Youssef é o desfecho de um dos casos de corrupção mais controversos entre os muitos que estão em andamento em todo país. João Abreu é acusado de, como chefe da Casa Civil, ter negociado e, em troca de propina de R\$ 3 milhões, facilitado o acordo para o pagamento do precatório à Constran. Foi o que denunciou o doleiro Alberto Youssef, após ser preso, na madrugada do dia 17 de março de 2014, no Hotel Luzeiros, onde, segundo a Polícia Federal (PF), teria entregado a um emissário de “autoridades do governo maranhense”, uma mala contendo R\$ 1 milhão, que seria a última parte da suposta propina.

Ao ser interrogado pelo juiz Sérgio Moro, Alberto Youssef disse que viera a São Luís para consumir a tal propina. Como não havia dinheiro federal envolvido, Sérgio Moro encaminhou o caso para a Justiça do Maranhão, que instaurou inquérito, que correu em segredo de Justiça. A Polícia colheu os depoimentos e em agosto indiciou João Abreu. No caso, o segredo de Justiça não foi respeitado, pois o jornal O Estado de S. Paulo publicou o indiciamento na íntegra, reforçando a tese dos acusados. João Abreu foi peremptório em negar ter recebido propina de Alberto Youssef para facilitar o pagamento do precatório - de acordo com a acusação, a Constran teria “furado a fila”, o que a empresa nega enfaticamente em carta endereçada ao governador Flávio Dino, em abril.

A Coluna ouviu do próprio João Abreu, no final de agosto, um longo depoimento, feito em tom de desabafo, no qual ele negou a acusação e desafiou a Polícia Civil a mostrar o contrário com provas documentais irrefutáveis. “Eu não recebi dinheiro de ninguém. Alberto Youssef está mentindo”, declarou. E a julgar pelo que fala, João Abreu parece convencido de que está sendo vítima, fazendo as vezes de bode expiatório no centro de uma guerra política. Igual estado de ânimo alimenta o projeto da Polícia de colocar o caso à limpo. Sua inocência, porém, precisa ser provada, como também terá de ser provada substancialmente que a guerra política a que ele se refere é óbvia, tendo de um lado o governador Flávio Dino, que criou a Secretaria de Transparência e Controle para vasculhar as mais remotas áreas do poder Executivo em busca de malfeitos do governo passado, e do outro os próceres do governo passando mal e tentando evitar o caso do precatório da Constran, pelas controvérsias que guarda, caiu como um presente para alimentar a estratégia de infernizar adversários, a começar pela ex-governadora Roseana Sarney.

A impressão de muitos observadores é a de que até aqui o governo não demonstrou, com provas cabais, que a acusação tem lastro, que os culpados são João Abreu e seus auxiliares, mas também as vozes que se dizem perseguidas não conseguem demonstrar sua inocência. A troca de acusações vai continuar.

PONTOS & CONTRAPONTOS

Remando contra a maré

Os advogados Aldenor Rebouças e Carlos Seabra, que atuam como defensores do ex-secretário João Abreu iniciaram ontem à tarde uma grande contraofensiva na Justiça para reverter a decisão do juiz Osmar Gomes e, assim, livrar João Abreu da cadeia. O primeiro passo seria dar entrada em um habeas corpus, sob a alegação de que João Abreu é inocente, réu primário. Disseram também que tentariam contatar João Abreu para orientá-lo no sentido de como proceder para evitar maiores problemas nessa que é uma fase crítica.

Carta é trunfo do suspeito

Um dos trunfos de João Abreu para provar sua inocências quanto à suspeita de ter recebido propina para facilitar o recebimento do precatório pela Constran é exatamente uma carta que a empresa mandou para o governador Flávio Dino. No documento, a empresa faz um denso histórico do caso, demonstrando, por A mais B que a negociação foi limpa, a conclusão foi boa para o Estado e que ninguém intermediou em seu nome, a não ser os seus advogados. Assessores e consultores do governo desqualificam a versão da Constran e mantêm a suspeita de que houve corrupção e propina no caso.

Visita de peso

visita na alEspaço de trânsito diário de prefeitos, vereadores, deputados federais e senadores, Assembleia Legislativa recebeu ontem um visitante especial. Retribuindo visita que o presidente Humberto Coutinho (PDT) fizera em maio à Assembleia Legislativa do Piauí, o presidente daquela Casa parlamentar, deputado Themístocles Filho visitou ontem o Palácio Manoel Bequimão, onde foi recepcionado pelo presidente e pelos parlamentares maranhenses. Foi uma visita de cortesia, mas que demonstrou o trabalho político que está sendo realizado pelo presidente Humberto Coutinho, que saudou o visitante, que esteve no plenário e se confraternizou com os deputados e visitou o Centro de Comunicação (foto) e a TV Assembleia. Os dois presidentes estavam acompanhados pelos deputados Fábio Braga (PTdoB) e Alexandre Almeida (PTN), e foram recebidos pelo diretor de Comunicação, Carlos Alberto Ferreira. Themístocles Filho ficou impressionado com o que viu, enquanto o presidente Humberto Coutinho assinalou: “É bom a gente trocar experiências”.

Juízes de Vargem Grande e Caxias são Empossados Após Permuta

A presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em exercício, desembargadora Anildes Chaves Cruz, deu posse, nesta quinta-feira (24), aos magistrados Anderson Sobral de Azevedo e Paulo de Assis Ribeiro, conforme decisão do Órgão Especial, na última sessão plenária administrativa de 16 de setembro.

O juiz Anderson Sobral de Azevedo, da 1ª Vara da Comarca de Vargem Grande, permutou com o juiz Paulo de Assis Ribeiro, da 2ª Vara da Comarca de Caxias, ambas da entrância intermediária.

O ato solene de assinatura do Termo de Compromisso e Posse foi realizado no gabinete da vice-presidência, com a presença do desembargador Jamil Gedeon e do diretor-geral do TJ, Hebert Leite.

Após a solenidade, os desembargadores presentes desejaram êxito aos magistrados em suas novas comarcas.

Helena Barbosa
Ascom/TJMA

Justiça manda prender ex-secretário de Roseana Sarney

Roseana Sarney: defesa da ex-governadora conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão

Ricardo Galhardo, do Estadão Conteúdo

São Paulo - A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney.

Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC.

O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato.

As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina.

Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato.

De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse

no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório.

Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Tópicos: Corrupção, Escândalos, Fraudes, Justiça, Maranhão, Operação Lava

Contratação de funcionários resulta em condenação de ex-prefeito

Divulgação|

SUCUPIRA DO NORTE - Em decisão proferida pelo juiz Eilton Santos da Silva, respondendo por Sucupira do Norte, o Judiciário condenou por ato de improbidade administrativa o ex-prefeito Benedito de Sá Santana. De acordo com a denúncia, Bendito, quando prefeito do município de Sucupira do Norte, realizou a contratação irregular de funcionários.

Versa a decisão que, após procedimento instaurado perante a Procuradoria Geral de Justiça deste Estado, ficou comprovada a contratação irregular das funcionárias Betânia Maria de Sousa de Negreiros, Ana Cleide Ribeiro Gomes e Maria Rita Brandão da Silva, admitidas junto ao serviço público sem prestar concurso. O MP sustenta que a conduta apresentada pelo ex-gestor causou prejuízo ao erário, bem como ofendeu os princípios da Administração Pública.

Em defesa, Benedito Sá explicou que as contratações se deram apenas para substituir servidores que entravam em período de férias, posto que o município de Sucupira do Norte não possui um quadro de servidores substitutos. Sustentou, ainda, que a contratação foi realizada nos moldes de lei municipal, que prevê a possibilidade do ente público efetuar contratação temporária de excepcional interesse público.

Ao analisar o processo em questão, baseado na Lei de Improbidade Administrativa (8.429/92), o magistrado julgou parcialmente procedente o pedido formulado pelo MP, com a finalidade de condenar Benedito Sá nos termos da citada lei, nas seguintes sanções: multa civil de cinco vezes o valor da remuneração que o demandado recebeu no último mês do seu mandato, e a suspensão dos direitos políticos do réu pelo prazo de três anos.

Justiça anula concurso público promovido pelo município de Paraibano - Imirante.com

PARAIBANO - Nessa quinta-feira (24), a Justiça determinou a nulidade de todos os atos decorrentes e relacionados ao concurso público promovido pela Prefeitura do Paraibano no ano de 2014, bem como o processo administrativo que resultou no edital do concurso (Edital nº 001/2013, de 15 de dezembro de 2013). A sentença foi proferida pelo titular da comarca de Paraibano, juiz Carlos Eduardo de Arruda Mont'Alverne.

O magistrado condena o município a devolver, integralmente, a cada candidato inscrito no concurso o pagamento referente à taxa de inscrição, devendo para tal depositar em conta judicial vinculada ao processo o valor de R\$ 85.480, total arrecadado com as inscrições. A multa diária para o não cumprimento da determinação é de R\$ 3 mil, a ser cobrada pessoalmente da gestora do município, Maria Aparecida Queiroz Furtado.

Violação de princípios

As sentenças foram proferidas em Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Estadual, bem como Ação Popular com Pedido de Antecipação de Tutela interposta por Ricardo Buneno Bruno Soares da Cruz, ambas tendo como réus o município de Paraibano, representado pela prefeita, e o Instituto Machado de Assis, empresa contratada para a realização do concurso.

Nas ações, os autores ressaltam a desobediência à Lei 10.520/02 quanto à modalidade de licitação escolhida para a realização do concurso, o pregão presencial, modalidade somente utilizada para a aquisição de serviços comuns. Para ambos os autores, houve violação dos princípios da impessoalidade e da igualdade, uma vez que apenas a empresa vencedora do certame compareceu no dia 3 de dezembro de 2013 (data prevista no edital). A inexistência de orçamento estimado em planilhas detalhadas de quantitativos e preços também é citada pelos autores. Entre outras irregularidades apontadas, o recolhimento da taxa de inscrição diretamente na conta bancária do Instituto (a legislação prevê a natureza tributária de tal valor), ausência de lista de presença e ingresso de candidatos com aparelho celular ao local do concurso.

Renúncia irregular de receita

Em suas fundamentações, o juiz ressalta a natureza intelectual que caracteriza a realização de concurso público, para o que resta inadequada a licitação mediante Pregão Presencial, reservada aos serviços comuns. Mont'Alverne também cita o recolhimento das taxas de inscrição diretamente na conta do Instituto responsável pela realização do certame. Diz o juiz: "nesse caso, cumpre frisar que o preço público - indevidamente denominado de taxa - referente à inscrição do concurso, destina-se ao custeio das despesas efetuadas para realização do certame, e é receita pública que pertence ao contratante e, nessa condição, deve ser recolhida aos cofres públicos". Para o magistrado, o recolhimento do valor diretamente pelo contratado "caracteriza renúncia irregular de receita, omissão de receita pública, pagamento antecipado à contratada e a violação flagrante de princípios orçamentários".

O juiz destaca ainda a ausência de orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários, exigência contida na Lei 8.666/93 para a contratação de serviços. Para o magistrado, "a irregularidade também é capaz de violar o princípio da economicidade, pois sem uma planilha ou uma metodologia que detalhe os custos envolvidos, o valor contratado pode superar o que realmente é necessário para a realização do serviço".

"Para evitar-se a efetivação de nomeações fundadas em concurso cuja legalidade está sendo questionada, bem como para impedir gastos excessivos com a remuneração das pessoas eventualmente nomeadas, hei por bem deferir o pleito antecipatório", frisa o magistrado.

Paraibano: dois réus são condenados por homicídio

PARAIBANO - Durante sessões do Tribunal do Júri da Comarca de Paraibano, realizadas nos dias 16 e 17 de setembro, o Ministério Público do Maranhão (MP-MA) obteve a condenação dos réus Vicente Almeida dos Santos e Charles da Silva Sousa por homicídio.

As teses do MP-MA foram defendidas pelo titular da Promotoria de Justiça da Comarca, Júlio Aderson Magalhães Segundo. Na sessão realizada em 16 de setembro, o réu Vicente Santos foi condenado a seis anos e oito meses de reclusão, pelo homicídio de Joaquim Conceição Souza, com golpes de faca no rim esquerdo.

O crime aconteceu durante uma briga, no dia 1º de novembro de 2014, no povoado Juçara. De acordo com os autos, a vítima tentou impedir a entrada do réu em uma festa, gerando uma luta corporal, que culminou no assassinato.

Homicídio qualificado

Condenado a 17 anos de reclusão por homicídio qualificado, na sessão do dia 17 de setembro, Charles da Silva Sousa matou Francivaldo Anastácio Santana, com um disparo de arma de fogo, em 24 de janeiro de 2014, enquanto a vítima passava de moto pelo Centro de Paraibano.

O crime foi motivado pela desavença do réu com um irmão da vítima.

Ex-secretário da Casa Civil no governo Roseana Sarney é preso

São Paulo - O ex-secretário estadual da Casa Civil do Maranhão no governo Roseana Sarney (PMDB) João Abreu foi preso no início da tarde desta sexta-feira, 25, quando desembarcava em São Luís, no aeroporto internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, procedente de um voo de São Paulo. Abreu, que foi o homem forte do governo Roseana, teve a prisão preventiva decretada nesta quinta-feira, 24, e foi levado para a Superintendência Estadual de Investigações criminais, onde será interrogado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram na sede da força-tarefa da Lava Jato, em Curitiba, mas a defesa recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado do doleiro Alberto Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

Ex-secretário está foragido

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. “Ele está oficialmente na condição de foragido”, disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

“Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo”, diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Ex-secretário da Casa Civil no governo Roseana Sarney é preso

O ex-secretário estadual da Casa Civil do Maranhão no governo Roseana Sarney (PMDB) João Abreu foi preso no início da tarde desta sexta-feira, 25, quando desembarcava em São Luís, no aeroporto internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, procedente de um voo de São Paulo. Abreu, que foi o homem forte do governo Roseana, teve a prisão preventiva decretada nesta quinta-feira, 24, e foi levado para a Superintendência Estadual de Investigações criminais, onde será interrogado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram na sede da força-tarefa da Lava Jato, em Curitiba, mas a defesa recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado do doleiro Alberto Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava-Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

Leia mais notícias em Política

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava-Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava-Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava-Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira (24), a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão. O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão. Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo. "Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório. Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso. O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

São Paulo - A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

Levy, Mercadante e Cardozo são fundamentais para o Governo, diz Guimarães
Levy, Mercadante e Cardozo são fundamentais para o Governo, diz Guimarães

Ao comentar reforma ministerial, Cunha diz esperar que não tenha acordo com PMDB
Ao comentar reforma ministerial, Cunha diz esperar que não tenha acordo com PMDB

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Apac de Pedreiras realiza 1ª Semana do Recuperando Apaqueano

A Associação de Assistência e Proteção aos Condenados (Apac), de Pedreiras, realizou, no período de 12 a 18 de setembro, a 1ª 'Semana do Recuperando Apaqueano'. O evento contou com a presença de 70 recuperandos, apoiados pelo Poder Judiciário, Promotoria e Defensoria Pública e pela Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Sejap). Durante toda a semana foram realizados diversos eventos ligados especificamente à vida social do indivíduo privado de liberdade.

A Apac possui métodos para a verdadeira ressocialização de pessoas que se enquadram nesse perfil, e oferecem oportunidade de contato com as atividades de conhecimento na arte e na cultura. Autoridades como a promotora pública, Sandra Soares Pontes; o defensor público, Pablo Camarço de Oliveira; além de professores, artistas, familiares e voluntários prestigiaram o evento. Durante toda a programação houve discussões sobre a Lei de Execuções Penais (LEP), mudanças no sistema prisional, e progressões de penas. Segundo o presidente da Apac de Pedreiras, Enoque Filho, os métodos utilizados dentro da associação não tem o objetivo de oferecer "mordomias" aos recuperandos, e sim oportunidades para viverem em liberdade.

"O método Apac, não é 'passar a mão em cabeça' dos recuperandos, como ganhou projeção em algumas prisões", adiantou. "Muito pelo contrário, desenvolvemos atividades mais dignas sobre o olhar da sociedade e, principalmente, daqueles que a representam. Atuamos com muito amor e carinho para uma ressocialização mais completa e sem equívocos, que é justamente o compromisso oferecido pelo método que é bastante eficaz", acrescentou Enoque Filho. No Maranhão existem pelo menos seis Apac's atuando em diversos municípios pelo interior do estado. São eles: Coroatá, Pedreiras, Imperatriz, Timon, Viana, e São Luís.

Outras três cidades estão recebendo estruturas para a instalação do método que são Bacabal, Balsas e Itapecuru-Mirim. O objetivo é que 16 funcionem até dezembro. Sobre a Apac Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) surgiu nos anos 90, no interior do estado de São Paulo, como uma interface entre o Judiciário e o Executivo. A meta, desde então, é trabalhar de forma auxiliar para a recuperação dos recuperandos, priorizando a capacitação e o trabalho, além da assistência às famílias.

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Diretoria do SINDJUS-MA protocola no TJMA sugestões para o biênio administrativo

Com a proximidade da eleição da nova mesa diretora do Tribunal de Justiça (TJMA), a qual está marcada para acontecer no próximo dia 07 de outubro, a diretoria executiva do SINDJUS/MA - Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão decidiu protocolar nesta sexta-feira, 25/09, no gabinete do Desembargador Cleones Cunha, possível candidato à presidência do Poder Judiciário Estadual, o ofício nº 128/2015-GP/SINDJUS-MA, que contém propostas de diretrizes administrativas para a direção da Corte, no biênio 2015/2017. Além da ênfase na necessidade do diálogo entre administração e Sindicato, que é quem tem a prerrogativa constitucional de representar e defender cada um e todos os servidores, de todos os cargos e carreiras do Tribunal de Justiça do Maranhão, a mensagem da diretoria executiva do SINDJUS/MA defende que a próxima administração assuma o compromisso com a implantação do Novo PCCV - Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores, além de respeitar, obviamente, os direitos já assegurados por lei para a categoria. Quanto ao Novo PCCV, a diretoria do SINDJUS-MA ratifica na mensagem a defesa do projeto elaborado com base na tabela de vencimentos do TCE, aprovado em assembleia geral dos servidores do Poder Judiciário e que está sobrestado na Comissão de Assuntos Legislativos do TJMA, aguardando previsão orçamentária. Porém, diante do possível agravamento da crise econômica e política nacional, que pode impossibilitar a implantação do Novo PCCV, conforme imaginado inicialmente pelos servidores, a Diretoria do SINDJUS-MA sugere que, nessa hipótese, a nova mesa diretora do TJMA inicie a implantação do Novo PCCV através do realinhamento da tabela dos cargos de nível médio e fundamental, que são os cargos de menor remuneração, até pelo menos 60% dos vencimentos dos cargos das carreiras de nível superior. Isso enquanto não houver condições orçamentárias suficientes para implantar a mesma tabela do TCE para todos os cargos do TJMA. A mensagem da Diretoria Executiva do SINDJUS-MA, que foi encaminhada nesta manhã ao Desembargador Cleones Cunha, será submetida à ratificação da Assembleia Geral Extraordinária dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Maranhão, filiados ao SINDJUS-MA, e que está convocada para o dia 03 de Outubro, sábado, às 09 horas, no Clube da Raposa. Na oportunidade, os sindicalizados também decidirão sobre o indicativo de GREVE GERAL para garantir o pagamento das PERDAS INFLACIONÁRIAS de 2015, pelo índice de 6,3%. Como também para deliberar sobre outros assuntos, como o uso da internet nos processos deliberativos do sindicato.

Ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney é preso na Operação Lava Jato

As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

A Justiça e o Direito nos jornais desta sexta-feira

A decisão do STF de desmembrar a operação "lava jato" deve dificultar os acordos de delação premiada. É que os procuradores exigiam que os delatores entregassem "novos mercados" em que há corrupção, e não apenas o setor de petróleo. O Supremo decidiu que informações que não tenham conexão direta com a Petrobras devem ser agora investigadas por outros procuradores e fora da 13ª Vara Federal Criminal de Curitiba. Um magistrado só pode dar ao réu os benefícios da delação premiada depois de comprovar que as informações fornecidas por ele são reais. Como elas serão investigadas fora do Paraná, surge a dúvida de como poderão ser usadas nos processos tocados por Moro. As informações são da coluna da jornalista Mônica Bergamo, do jornal Folha de S.Paulo.

Caso a caso

A análise da ligação entre fatos e provas de cada inquérito é o que vai determinar novos desmembramentos na operação "lava-jato" e esses procedimentos deverão ser feitos caso a caso, dizem especialistas ouvidos pelo jornal Folha de S.Paulo. Eles não acreditam que foi criado um precedente com a decisão do STF que tirou do juiz Sergio Moro um dos braços resultantes da operação.

"Lava jato" nos EUA

Um representante do Departamento de Justiça dos Estados Unidos vai a Curitiba em outubro para negociar acordos com delatores da Operação Lava Jato. O objetivo é conseguir provas para processar empresas que têm negócios nos EUA e pagaram propina no Brasil ou em outro território para fechar contratos com a Petrobras. Empresas brasileiras que têm negócios nos Estados Unidos ou companhias americanas que trabalham para a Petrobras podem ser punidas se as autoridades de lá concluírem que a corporação pagou suborno no Brasil ou na Suíça para fechar negócios. As informações são do jornal Folha de S.Paulo.

Delatores na Suíça

As autoridades suíças investigam Eduardo Musa e Julio Camargo, delatores da "lava-jato" que citaram o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), em seus depoimentos no Brasil. A Procuradoria-Geral da Suíça confirmou ao jornal Folha de S.Paulo que o alvo principal são as contas bancárias no país usadas por ambos para receber propina do esquema de corrupção que envolvia a empresa. Musa afirma que Cunha tinha a palavra final na indicação para a diretoria Internacional da Petrobras e Camargo acusa Cunha de ter recebido R\$ 5 milhões desviados da estatal. O presidente da Câmara diz não ter tido e acesso ao depoimento de Musa e nega ter recebido propina.

Recurso inédito

O governo articula com ministros do Tribunal de Contas da União considerados próximos ao Planalto uma estratégia para protelar o envio de parecer sobre as contas de 2014 e as "pedaladas fiscais" ao Congresso. Em caso de rejeição do balanço, o que poderia precipitar um processo de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff no Legislativo, a estratégia deve ser um inédito pedido de recurso junto à corte. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Advogados em prontidão

Alguns dos principais advogados criminalistas do Brasil que atuam na defesa de alvos da "lava-jato" esperam apenas a publicação do acórdão do Supremo Tribunal Federal que irá estabelecer o exato alcance e as circunstâncias do fatiamento da operação. Os advogados Pierpaolo Bottini, Antonio Carlos de Almeida Castro e Luiz Flávio Borges D'Urso contaram em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo os próximos passos que vão

tomar na defesa dos réus que defendem no caso.

Prisão decretada

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira (25/9) a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões do ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney (PMDB), João Abreu. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. Trata-se de um desdobramento da operação "lava-jato". As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Reajuste do Judiciário

A média salarial do Judiciário é de R\$ 12 mil ao mês, valor 40% acima do Legislativo e 70% acima do Executivo. É por meio dessa disparidade salarial que os ministros Joaquim Levy, da Fazenda, e Nelson Barbosa, do Planejamento, pretendem amparar o veto ao reajuste do Judiciário. A informação é do colunista Ilmar Franco, do jornal O Globo.

MPF se articula

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, deve se reunir nos próximos dias com procuradores da força-tarefa de Curitiba para definir uma estratégia de atuação do grupo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal de fatiar a operação "lava-jato" e transferir um dos inquéritos para São Paulo. Os procuradores da força-tarefa vão se colocar à disposição para ajudar em outras investigações que, a partir de agora, poderão ser transferidas do Paraná para outros estados, informa O Globo.

Compartilhando experiência

A Polícia Federal decidiu enviar delegados que atuam na Operação Lava-Jato em Curitiba para outras unidades da PF no país que recebam parte dos autos da investigação. Esta foi a solução encontrada para evitar possíveis prejuízos ao andamento dos trabalhos após decisão do Supremo Tribunal Federal determinando a descentralização dos processos. As informações são do jornal Valor Econômico.

Cadeira vazia

O ministro Gilmar Mendes afirmou, durante sessão do Tribunal Superior Eleitoral, que ficar sem presidente da República pode até ajudar o país. Mendes disse que a decisão do STF no caso que analisava as doações de empresas para campanhas considerou as doações ilegais desde sempre, o que inviabilizaria os mandatos de todos os políticos que se elegeram com doações privadas anteriormente. "A rigor, hoje, nós não temos presidente da República, o que, talvez, até ajude", afirmou Mendes, sem citar a presidente Dilma Rousseff. As informações são do jornal Valor Econômico.

Opinião

"Perfeitamente legítima"

Em editorial o jornal O Estado de S. Paulo elogiou a decisão do STF em desmembrar parte das investigações e julgamentos da operação "lava jato". Ressaltou que a tese vencedora teve voto de oito dos dez ministros presentes na sessão e que é uma decisão legítima e tecnicamente defensável. "Só assim, com respeito às instituições, que funciona a democracia", opinou o jornal.

Maranhão: ex-secretário da Casa Civil no governo Roseana Sarney é preso

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC

postado em 25/09/2015 16:58

Agência Estado

O ex-secretário estadual da Casa Civil do Maranhão no governo Roseana Sarney (PMDB) João Abreu foi preso no início da tarde desta sexta-feira (25/9) quando desembarcava em São Luís, no aeroporto internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, procedente de um voo de São Paulo. Abreu, que foi o homem forte do governo Roseana, teve a prisão preventiva decretada nesta quinta-feira (24/9) e foi levado para a Superintendência Estadual de Investigações criminais, onde será interrogado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava-Jato. As investigações do caso começaram na sede da força-tarefa da Lava Jato, em Curitiba, mas a defesa recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado do doleiro Alberto Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

Lei que aumentou salários no município de Santa Luzia é inconstitucional

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) considerou inconstitucional a Lei nº 436/2014 de Santa Luzia, que estabeleceu piso salarial no valor de R\$2.890,00 para os profissionais nas áreas de mecânico de máquinas pesadas e de máquinas leves do quadro de servidores estatutários daquele município.

Para colegiado - que seguiu voto da desembargadora Anildes Cruz, relatora do processo - a iniciativa do Legislativo Municipal em aprovar o novo piso salarial, caracterizou clara usurpação da competência reservada e exclusiva do prefeito do município, Veronildo Tavares dos Santos, cujo veto foi derrubado pelos vereadores.

Ao questionar a constitucionalidade da Lei que estabeleceu o piso salarial, o Executivo Municipal de Santa Luzia sustentou que a Câmara de Vereadores não considerou o aumento de despesas trazido pela medida, sem a devida indicação de dotação orçamentária específica.

Apontou que a medida fere diretamente a Constituição Estadual, uma vez que a norma municipal vincula, de forma permanente, o piso salarial a índices de correção nacional, elementos suficientes para vetar a lei que definiu o piso salarial.

Em seu voto, a desembargadora Anildes Cruz (relatora) citou a Constituição Federal que prevê como competência privativa do Executivo a deflagração de lei sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos e aumento de remuneração ou despesa na administração direta e autárquica.

A magistrada afirmou ser imprescindível destacar que as normas constitucionais disciplinadoras de lei privativa do presidente da República são de reprodução obrigatória nos âmbitos estadual, municipal e distrital, observando-se a separação dos poderes. (Processo nº 0322582014)

Fonte: TJMA

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

João Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC

SÃO PAULO - A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Ex-secretário da Casa Civil no governo Roseana Sarney é preso

Do Estadão Conteúdo

O ex-secretário estadual da Casa Civil do Maranhão no governo Roseana Sarney (PMDB) João Abreu foi preso no início da tarde desta sexta-feira (25) quando desembarcava em São Luís, no aeroporto internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, procedente de um voo de São Paulo. Abreu, que foi o homem forte do governo Roseana, teve a prisão preventiva decretada nesta quinta-feira, 24, e foi levado para a Superintendência Estadual de Investigações criminais, onde será interrogado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram na sede da força-tarefa da Lava Jato, em Curitiba, mas a defesa recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado do doleiro Alberto Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

Ex-secretário de Roseana Sarney é preso após se entregar à Polícia

Chico de Gois - O Globo

BRASÍLIA - O ex-chefe da Casa Civil da governadora do Maranhão Roseana Sarney (PMDB) se entregou na manhã desta sexta-feira à Polícia Civil do estado. Ontem, o juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes dos Santos, emitiu mandado de prisão preventiva contra João Guilherme Abreu, o operador Rafael Ângulo Lopes e o corretor Marco Antonio de Campos Ziegert. Abreu não foi localizado em sua casa. De acordo com advogados do ex-secretário, ele estava no interior de São Paulo (não foi informado em qual cidade) e, ao saber do pedido de prisão contra ele, tomou um voo para a capital maranhense na manhã desta sexta-feira.

Em vídeo obtido pelo O GLOBO é possível ver que Abreu desceu pela escada lateral do finger onde o avião parou, no aeroporto. Agentes da Polícia Civil já o aguardavam na saída da aeronave. Pelas imagens, vê-se um dos investigadores carregando a mala de Abreu, que segue, sem algemas, para uma das viaturas estacionadas no pátio do aeroporto.

João Guilherme Abreu é acusado de receber R\$ 3 milhões de propina do doleiro Alberto Youssef para facilitar o pagamento de um precatório de R\$ 113 milhões da construtora Constran/UTC. De acordo com a delação premiada de Youssef, o dinheiro foi entregue em partes para o ex-secretário de Roseana: duas parcelas de R\$ 800 mil foram entregues por Adarico Negromonte, irmão do ex-ministro das Cidades Mario Negromonte, e por Ângulo. Os R\$ 1,4 milhão restante seriam entregues diretamente por Youssef. Ele estava com o dinheiro no dia em que foi preso, por conta da Operação Lava Jato, em um hotel em São Luis.

No dia de sua prisão, Youssef contou que entregou o dinheiro a Ziegert e mais uma caixa de vinhos para que este entregasse a Abreu.

O delegado-geral da Polícia Civil do Maranhão, Augusto Barros, disse ao GLOBO que nos depoimentos que prestou Abreu negou que tenha recebido propina ou participado de alguma irregularidade no adiantamento do pagamento do precatório da Constran/UTC. No entanto, segundo Barros, Ziegert e Ângulo confirmaram o pagamento.

— A prisão justifica-se porque há chances de ele destruir provas ou pressionar testemunhas — afirmou o delegado-geral.

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado. Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Lei que aumentou salários no município de Santa Luzia é inconstitucional

A desembargadora Anildes Cruz foi a relatora do processo (Foto:Ribamar Pinheiro)|

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) considerou inconstitucional a Lei nº 436/2014 de Santa Luzia, que estabeleceu piso salarial no valor de R\$2.890,00 para os profissionais nas áreas de mecânico de máquinas pesadas e de máquinas leves do quadro de servidores estatutários daquele município.

Para colegiado - que seguiu voto da desembargadora Anildes Cruz, relatora do processo - a iniciativa do Legislativo Municipal em aprovar o novo piso salarial, caracterizou clara usurpação da competência reservada e exclusiva do prefeito do município, Veronildo Tavares dos Santos, cujo veto foi derrubado pelos vereadores.

Ao questionar a constitucionalidade da Lei que estabeleceu o piso salarial, o Executivo Municipal de Santa Luzia sustentou que a Câmara de Vereadores não considerou o aumento de despesas trazido pela medida, sem a devida indicação de dotação orçamentária específica.

Apontou que a medida fere diretamente a Constituição Estadual, uma vez que a norma municipal vincula, de forma permanente, o piso salarial a índices de correção nacional, elementos suficientes para vetar a lei que definiu o piso salarial.

Em seu voto, a desembargadora Anildes Cruz (relatora) citou a Constituição Federal que prevê como competência privativa do Executivo a deflagração de lei sobre a criação de cargos, funções ou empregos públicos e aumento de remuneração ou despesa na administração direta e autárquica.

A magistrada afirmou ser imprescindível destacar que as normas constitucionais disciplinadoras de lei privativa do presidente da República são de reprodução obrigatória nos âmbitos estadual, municipal e distrital, observando-se a separação dos poderes. (Processo nº 0322582014)

Polícia prende homem forte de Roseana Sarney

João Abreu, sob suspeita de recebimento de propinas em um precatório milionário do Maranhão, foi localizado no aeroporto internacional de São Luís; doleiro Alberto Youssef, da Lava Jato, também é alvo da investigação

João Abreu era chefe da Casa Civil do governo Roseana Sarney (acima). Foto: Márcio Fernandes/Estadão
Por Ricardo Galhardo

O ex-secretário estadual da Casa Civil do Maranhão no governo Roseana Sarney (PMDB) João Abreu foi preso no início da tarde desta sexta-feira, 25, quando desembarcava em São Luís, no aeroporto internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, procedente de um voo de São Paulo. Abreu, que foi o homem forte do governo Roseana, teve a prisão preventiva decretada ontem e foi levado para a Superintendência Estadual de Investigações criminais, onde será interrogado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram na sede da Força-Tarefa da Lava Jato, em Curitiba, mas a defesa recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado do doleiro Alberto Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Yousseff e o governo do Maranhão.

Justiça manda prender ex-Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

João Abreu, sob suspeita de receber propina de R\$ 3 milhões, já é dado como foragido pela polícia do Maranhão; doleiro Alberto Youssef também é investigado

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões do ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney João Abreu. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos mas não foi localizado. “Ele está oficialmente na condição de foragido”, disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram na sede da Força-Tarefa da Lava Jato, em Curitiba, mas a defesa recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado do doleiro Alberto Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Yousseff e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Yousseff nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Yousseff era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

“Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo”, diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida. O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida.

O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a

criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Ex-chefe da Casa Civil de Roseana é preso dentro de avião em São Luís

Carlos Madeiro

Colaboração para o UOL, em Maceió 25/09/2015 14h31 > Atualizada 25/09/2015 15h03

O ex-chefe da Casa Civil no governo de Roseana Sarney João Abreu (de camisa azul) foi preso no aeroporto de São Luís

O ex-chefe da Casa Civil no governo de Roseana Sarney João Abreu (de camisa azul) foi preso no aeroporto de São Luís

O ex-chefe da Casa Civil no governo de Roseana Sarney (PMDB) no Maranhão, João Abreu, foi preso no início da tarde desta sexta-feira (25), no aeroporto de São Luís. A informação é da Polícia Civil do Maranhão.

Abreu teve a prisão decretada nessa quinta-feira (24) pelo juiz Osmar Gomes, responsável pela Central de Inquéritos, após ser indiciado por crime de corrupção.

Ele era aguardado por policiais na chegada à capital maranhense. Segundo o delegado-geral da Polícia Civil, Augusto Barros, Abreu foi preso ainda dentro da aeronave da TAM que vinha de São Paulo. Não houve resistência à prisão.

Abreu está sendo levado para a Superintendência Estadual de Investigações Criminais, onde será interrogado. Ainda não foi definido o presídio para onde ele será encaminhado.

O assessor assumiu em 25 de fevereiro de 2013, mas já tinha passado pelo cargo em mandatos anteriores de Roseana, que governou o Estado de 1995 a 2002 e 2009 a 2014.

Propina de Youssef

João Abreu é acusado de receber R\$ 3 milhões em propina do doleiro Alberto Youssef para intermediar o pagamento de um precatório à construtora Constran. No final de agosto, Abreu foi indiciado por corrupção.

O acordo que teria sido fechado com pagamento de propina pelo governo do Maranhão com a construtora resultou no acerto de pagamento de R\$ 114 milhões à empreiteira envolvida na operação Lava Jato. Segundo as investigações, Abreu cobrou e recebeu do doleiro R\$ 3 milhões para agilizar o acordo.

O doleiro Alberto Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. Ele estaria na cidade para pagar propina a João Abreu. A prisão desencadeou a Lava Jato.

O UOL tentou falar com o advogado Carlos Seabra, que defende João Abreu, mas ele não atendeu as ligações. Em outra ocasião, ele negou que seu cliente tivesse recebido qualquer tipo de pagamento irregular.

O acordo entre governo e Constran foi fechado no dia 23 de novembro de 2013, com a autorização da juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luiza Neponucena. O pagamento autorizado era referente à dívida gerada por obras rodoviárias executadas nos anos 1980, e o acordo foi pago em valor integral, sem deságio --apenas com desconto de juros.

Em apenas 33 dias após a assinatura, a Constran recebeu a primeira parcela do acordo: R\$ 4,7 milhões, furando uma longa fila existente de precatórios no Estado que deveriam ter sido pagos antes.

Ao todo, foram pagas sete parcelas. Em junho, quando o caso veio à tona, a Justiça suspendeu o acordo. Até agora foram pagos R\$ 34 milhões do acordo.

A nova gestão do governo do Maranhão fez uma auditoria sobre o precatório e concluiu que houve dano aos cofres públicos -já que o débito seria de menos de R\$ 50 milhões.

Justiça manda prender ex-secretário da Casa Civil de Roseana Sarney na Lava Jato

Ricardo Galhardo

A Justiça do Maranhão decretou nesta quinta-feira, 24, a prisão preventiva e bloqueio de bens no valor de R\$ 3 milhões de João Abreu, ex-secretário estadual da Casa Civil no governo Roseana Sarney. Segundo o delegado-geral de polícia do Maranhão, Augusto Barros, Abreu foi procurado em todos seus endereços conhecidos, mas não foi localizado. "Ele está oficialmente na condição de foragido", disse o delegado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram em Curitiba, mas a defesa da ex-governadora recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado de Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.

O indiciamento se baseia em depoimentos e delações premiadas colhidas pela Lava Jato e testemunhos da contadora de Youssef, Meire Poza, e do sócio do doleiro no laboratório Labogen, Leonardo Meirelles, feitas pela própria Polícia Civil do Maranhão.

Segundo os depoimentos, Negromonte e Ângulo fizeram ao menos três viagens a São Luís a mando de Youssef nas quais levaram a propina em dinheiro vivo escondido no próprio corpo mas, de acordo com a Polícia Civil maranhense, o secretário reclamou da falta de R\$ 1 milhão no montante da propina. Isso teria levado o próprio Youssef a ir até São Luís para resolver pessoalmente o problema.

Youssef foi preso em um hotel de luxo na capital maranhense no dia 17 de março de 2014. A prisão desencadeou a Lava Jato. De acordo com a Polícia Civil, enquanto Youssef era preso Marcão saiu do hotel com a propina que seria entregue a integrantes do governo.

"Na oportunidade da prisão de Youssef, Marcão não teria sido abordado pela Polícia Federal, embora estivesse no mesmo hotel, e conseguiu efetivamente levar o dinheiro da propina para membros do governo", diz o relatório.

Em março deste ano, diante das revelações feitas pela Lava Jato, a juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública do Maranhão, Luiza Nepomucena, desobrigou o governo a pagar as parcelas restantes do precatório. Na mesma época a Constran rescindiu o acordo feito com a administração Roseana para quitação da dívida. O governador do Maranhão, Flavio Dino (PC do B), que sucedeu Roseana no Palácio dos Leões, determinou a criação de uma comissão para apurar o caso.

O advogado de João Abreu, Carlos Seabra, foi procurado por telefone, mas disse que não podia atender à ligação e retornaria em seguida. No ato do indiciamento ele negou veementemente que seu cliente tenha recebido propina.

Ex-secretário da Casa Civil no governo Roseana Sarney é preso

O ex-secretário estadual da Casa Civil do Maranhão no governo Roseana Sarney (PMDB) João Abreu foi preso no início da tarde desta sexta-feira, 25, quando desembarcava em São Luís, no aeroporto internacional Marechal Hugo da Cunha Machado, procedente de um voo de São Paulo. Abreu, que foi o homem forte do governo Roseana, teve a prisão preventiva decretada nesta quinta-feira, 24, e foi levado para a Superintendência Estadual de Investigações criminais, onde será interrogado.

Abreu é suspeito de ter recebido R\$ 3 milhões em propinas para garantir que o governo maranhense pagaria um precatório de R\$ 134 milhões à empresa Constran-UTC. O pagamento teria sido intermediado pelo doleiro Alberto Youssef, pivô da Operação Lava Jato. As investigações do caso começaram na sede da força-tarefa da Lava Jato, em Curitiba, mas a defesa recorreu e conseguiu que o caso fosse encaminhado para a Justiça estadual no Maranhão.

O ex-secretário responde a inquérito ao lado do doleiro Alberto Youssef, Rafael Ângulo Lopes e Adarico Negromonte Filho, suspeitos de operar os pagamentos, e o corretor Marco Antonio Ziegert, o Marcão, suposto elo entre Youssef e o governo do Maranhão.